

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

**1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**  
Em atendimento ao seu dever legal a CEB Participações S/A - CEBPar encaminha o presente Relatório da Administração, conjuntamente com as Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e os Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Ao longo do ano de 2013, a CEBPar focou seu trabalho no cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal e no planejamento estratégico da Companhia Energética de Brasília - CEB. Ademais, considerando que suas receitas são totalmente originárias de recursos próprios, primou pelo cumprimento dos seus compromissos definidos no orçamento previamente aprovado. Dentre as despesas previstas relativas aos Encargos com o Sistema de Energia Elétrica da CEB Participações, no que tange aos dispêndios, foram realizados os encargos setoriais, compensação financeira por uso de recursos hídricos, compensação financeira por uso de bem público, taxas de fiscalização e contribuição de agentes do Setor Elétrico como ANEEL, CCEE e O.N.S. Além destes, o programa incluiu também gastos de liquidações no mercado de curto prazo de energia elétrica, repasse de dividendos ao acionista único da CEBPar, qual seja, a Companhia Energética de Brasília - CEB e o Custo de Uso do Sistema de Distribuição de energia - CUSD.

No que se refere à geração de receita, vale ressaltar que a maior parte é proveniente da venda de energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Queimado e complementada por aplicações financeiras, contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros e recebimento de dividendos de seus empreendimentos.

Quanto aos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, o ano de 2013 foi marcado por alterações promovidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Com a nova configuração foram acrescidos 5 (cinco) novos contratos de venda de energia aos 27 (vinte e sete) originários da participação da CEBPar no 1º Leilão de Energia Nova - LEN no ano de 2005, perfazendo um total de 32 (trinta e dois) contratos em vigor.

Convém acrescentar que a atuação da CEBPar junto ao mercado de energia elétrica revela grandes possibilidades de crescimento. Para isto, estão sendo desenvolvidos novos estudos visando à expansão de sua participação no mercado de energia e em outros ramos de negócio dentro das áreas de atuação previstas no estatuto da Empresa.

Quanto à prestação de serviços administrativo-financeiros, convém destacar a renovação e a consequente atualização do contrato firmado com o Consórcio CEMIG-CEB, do qual a CEBPar é também consorciada. Tal fato, além de assegurar a continuidade da prestação dos serviços e a ampliação das receitas, indica a relação de confiança construída entre as partes em razão da postura ética na condução das ações comuns às empresas consorciadas.

Verifica-se, assim, a existência de um ambiente favorável à concretização das estratégias de crescimento da empresa, ancoradas nos princípios da transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

**2 - A ECONOMIA BRASILEIRA E O REFLEXO NO CENÁRIO ECONÔMICO DA CEB PARTICIPAÇÕES**  
A aparente recuperação econômica da zona do Euro da grande crise econômica de 2008, ocorrida em 2013, não foi suficiente para conter as consecutivas alterações de humor e de expectativas no ano, quase sempre em razão de dificuldades de interpretação da real situação da economia norte-americana e dos rumos das políticas monetária e fiscal naquele país. Como resultado desse panorama, a atividade econômica global manteve ritmo lento, porém com tendência de elevação no final do período, gerando expectativas favoráveis para 2014.

As economias emergentes, que desde o advento da crise financeira internacional vinham sendo responsáveis por parcela significativa do crescimento global, enfrentaram um ano difícil. Em um contexto de incertezas como o que caracterizou o ano de 2013, estas economias pagam um alto preço em virtude de suas vulnerabilidades externas e/ou de problemas econômicos e políticos internos. Apesar do cenário internacional pouco favorável, a atividade econômica no Brasil apresentou crescimento de 2,3% em 2013, após o crescimento moderado de 0,9% em 2012. O resultado refletiu a expansão robusta do setor agropecuário, especialmente no primeiro semestre do ano, e retomada do crescimento da indústria e a recuperação efetiva dos investimentos.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em doze meses fechou o ano de 2013 em 5,91%. Os preços administrados assinalaram desaceleração ao longo de 2013, repercutindo, em especial, a redução nas tarifas de energia elétrica e a reversão dos reajustes nas tarifas de ônibus urbano. Os preços livres, que registraram aceleração no acumulado do ano de 2013, foram influenciados por pressões inflacionárias advindas do segmento dos comercializáveis.

No ano de 2012, foi promulgada a Medida Provisória nº 579/2012, a qual foi convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, tendo como objetivo a antecipação da renovação das concessões de geração e transmissão pelo prazo máximo de 30 anos, por uma única vez, desde que as concessionárias aceitem as novas condições relativas à modicidade tarifária e garantia de suprimento de energia ao país. Trata, também, da questão de indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

Ademais, definiu a transferência do benefício da redução tarifária a todos os consumidores do mercado cativo, contribuindo para a modicidade tarifária. Esta redução se deu devido à reavaliação econômica dos ativos de geração e transmissão que já estão totalmente depreciados. No entanto, o Contrato de Concessão da Usina Hidrelétrica de Queimado nº 06/1997 tem prazo de vigência de 35 (trinta e cinco) anos e o interesse acerca da prorrogação da concessão somente ocorrerá no ano de 2027, com base nos preceitos da Lei nº 12.783/2013.

Acrescenta-se que foi publicada a Resolução nº 3/2013 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE que modificou a sistemática de rateio do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, com o propósito de resguardar o risco de segurança energética. Essa Resolução alterou a forma de rateio do custo do despacho adicional das Usinas Termelétricas, incluindo todos os custos para os agentes do mercado, deixando de ser arcado exclusivamente pelos consumidores, em razão da revogação da Resolução CNPE nº 8/2007.

Ressalta-se, ainda, que a CEB Participações sofreu impacto nas liquidações financeiras da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, referente aos meses de abril, maio e junho de 2013, até o momento em que obtive a liminar em vigor na Ação Ordinária com Pedido de Antecipação de Tutela em trâmite na Justiça Federal do Distrito Federal.

### 3 - A CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

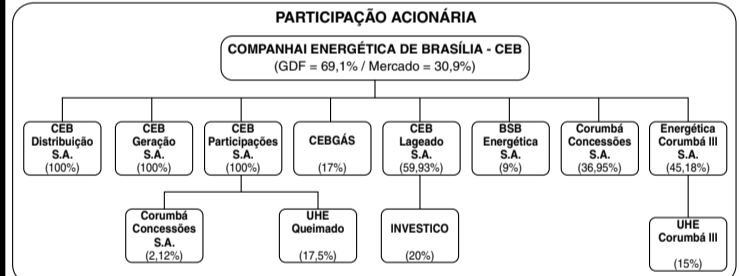
A CEB Participações S/A - CEBPar foi criada, em conformidade com a Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, sendo subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB e sociedade anônima de capital fechado. A CEBPar possui patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro na cidade de Brasília-DF.

O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira da participação, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Podendo, ainda, participar, diretamente ou por meio de consórcio, da exploração do empreendimento de geração Usina Hidrelétrica de Queimado, operando-o e administrando-o, bem como comercializando a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes do respectivo contrato de concessão.

A sua atividade operacional iniciou em 13 de janeiro de 2006, por meio do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração, com a transferência das respectivas concessões e reestruturação societária da Companhia Energética de Brasília - CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº. 318, de 14 de setembro de 2005, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

No presente momento, a CEBPar detém 17,5% do Consórcio CEB-CEMIG, que explora a Usina Hidrelétrica de Queimado - UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, comercializando a sua cota-parte de energia elétrica. A Usina localiza-se no Rio Preto, entre os municípios de Unaí, no Estado de Minas Gerais e Cristalina, no Estado de Goiás.

Ademais, a empresa possui participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. de 2,34% do total das ações, que tem como empreendimento a UHE Corumbá IV.



### 4 - A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A CEBPar atua essencialmente gerando energia no sudeste do Estado de Minas Gerais onde fica localizada a Usina de UHE Queimado. Essa energia é vendida para todas as regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste).

### 5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEBPar é administrada por um Diretor-Geral e dois Diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, eleitos pelo acionista único, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. O cargo de Diretor-Geral será exercido pelo Diretor-Presidente da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 02 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata.

A CEBPar possui Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, composto de 3 (três) membros efetivos, residentes no País, diplomados em curso universitário ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, função gerencial ou de membro do conselho fiscal.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações, que fixa a respectiva remuneração e seus cargos são exercidos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Acrescenta-se que no ano de 2013 foram realizadas 13 (treze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da Companhia, tendo como principal assunto a aprovação dos balanços trimestrais e do balanço final do ano.

Ressalta-se que a Diretoria Colegiada, em conjunto com o Conselho Fiscal, acompanham, aprovam e fiscalizam todos os atos da CEB Participações. Destaca-se que, no ano de 2013, foram realizadas 22 reuniões para deliberação de assuntos diversos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

Ademais, existe uma estrutura no Consórcio CEMIG-CEB, composta por um Conselheiro Titular e um Conselheiro Suplente indicado pela CEB Participações no Conselho Deliberativo, onde tratam de assuntos da Usina Hidrelétrica de Queimado, para deliberação de diversas demandas de interesse do negócio em conjunto com a CEMIG Geração e Transmissão S.A.

Além disso, a CEB Participações tem um assento na Diretoria Administrativo-Financeiro do Consórcio CEMIG-CEB desempenhada por um de seus Diretores.

### 5.1 - Referenciais estratégicos

**VISÃO:** Consolidar e expandir com excelência, sustentabilidade e confiabilidade as participações acionárias nos negócios de geração de energia, telecomunicações e transmissão de dados, identificando novas oportunidades de negócios, tendo como objetivo tornar-se empresa de referência no cenário nacional.

**VISÃO DE FUTURO:** Garantir eficiência operacional na gestão de ativos e na prospecção de novos negócios. Promover ações sistemáticas de sustentabilidade socioambiental; Ser referência na gestão de ativos das empresas com participação acionária atualmente vinculada à Companhia Energética de Brasília - CEB.

**MISSÃO:** Administrar a participação em negócios do setor de energia, telecomunicações e transmissão de dados, participando ativamente das áreas administrativas e financeiras dos empreendimentos, públicos ou privados, de maneira sustentável, beneficiando a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Participar e gerir ativos e negócios do setor de energia, telecomunicações, transmissão de dados públicos e privados, de maneira sustentável contribuindo para o desenvolvimento econômico nacional com foco prioritário no Distrito Federal.

**PRINCÍPIOS:** Princípio da Legalidade: estrita obediência à lei, resoluções normativas dos órgãos reguladores e demais atos normativos; Princípio da Impessoalidade: manter posição de neutralidade em relação aos administradores, não fazendo aceção de pessoas e contratações de serviços ou obras; Princípio da Moralidade: pautar a gestão dentro dos ditames da conduta ética, honesta, boa-fé, lealdade e de regras que assegurem a boa administração da empresa de acordo com as leis vigentes; Princípio da Publicidade: dever de manter a transparência de todos os atos, tendo consistência nos fatos e dados informados aos Órgãos Fiscalizadores, Governo e Sociedade em geral; e Princípio da Eficiência: dever de buscar aperfeiçoamento na prestação dos serviços públicos, mantendo ou melhorando a qualidade dos serviços com economia de despesas, buscando o equilíbrio entre a qualidade do serviço e o custo efetivo.

**VALORES:** Qualidade - Excelência na prestação do serviço. Ética - Profissionalismo, competência, honestidade e solidariedade como bases do trabalho. Comprometimento - Engajamento com a empresa e seus resultados. Transparência - Disponibilização de dados e informações da empresa a toda a sociedade. Responsabilidade Social e Ambiental: práticas de gestão sustentáveis na dimensão socioambiental.

### 6 - NOSSOS NEGÓCIOS

#### • Geração

A Companhia Energética de Brasília - CEB celebrou Contrato de concessão de uso de bem público para exploração de Aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado, CC nº 006/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio CEMIG-CEB em 18/12/1997, cabendo à CEB 35 % das cotas de participação do Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado. Em 2001, a CEB transferiu 17,5% de sua cota parte de titularidade para CEMIG. Atualmente a CEB Participações detém 17,5% de participação no ativo da Usina Hidrelétrica de Queimado - UHE Queimado para geração e comercialização no mercado.

Destaca-se que a capacidade de geração do Agente representa **0,0830%** da capacidade do País, segundo informações da ANEEL. (<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/AgenteGeracao/ResumoEmpresa.asp>)<sup>1</sup>.

#### • Sobre a UHE QUEIMADO

- Localização: localizada no Rio Preto entre os Municípios de Unaí - MG, Cabeceira Grande - MG, Cristalina - GO e Paraná - DF;
- Início da operação comercial: abril de 2004;
- Potência instalada: 105 MW;
- Garantia Física: 508.080 MWh/ano;
- Consorticiadas: CEB Participações S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A.;
- Participação da CEB Participações no empreendimento: 17,5%.

#### • Corumbá Concessões S.A.

Em 2012, a CEBPar aumentou seu percentual em 0,22%, passando de 2,12% para 2,34% das ações da Empresa geradora Corumbá Concessões S/A, que tem como empreendimento associado à UHE Corumbá IV.

#### • Sobre CORUMBÁ IV

- Localização: Rio Corumbá, no Município de Luziânia - GO;
- Valor aproximado do empreendimento em (R\$ Mil): 790.000;
- Início da operação comercial: abril de 2006;
- Potência instalada: 127 MW;
- Energia assegurada: 665.760 MWh/ano;
- Consorticiadas: Serveng, Terracap, Caesb, CEB, CEBPar, C&M e FIP

#### • FIP - Fundo de Investimentos em Participações BRB Corumbá

A CEBPar participa com 5% do Fundo de Investimento em Participação - FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:

- O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.

- Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;

- O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;

- Possui rentabilidade por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações, com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforme cláusula contratual.

Na AGE - Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2012 foi formalizada a opção de compra da totalidade das ações preferenciais nominativas da classe "B" da Companhia (Corumbá Concessões), mediante os resgates das ações preferenciais nominativas da classe "B". De acordo com o Capítulo III do instrumento Particular de Opção de compra de Ações e Avenças, celebrado em 29 de abril de 2005, Corumbá aprovou por unanimidade o resgate de todas as ações preferencias classe "B" num de total de 12.666.666 ações.

Em 18 de dezembro de 2012 em Assembleia Geral Extraordinária, com maioria dos quotistas participantes, o Fundo decidiu pelo resgate de 93,87% das cotas, deixando apenas o valor de 6,13% do total do Fundo para manutenção de despesas.

A CEBPar realizou o resgate de R\$ 9.239.334,67 (nove milhões, duzentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos), valor este que conforme Resolução de Diretoria nº 001, de 17 de janeiro de 2013, foi investido em Certificado de Depósito Bancário - CDB e Índice em Certificado de Depósito Interbancário - CDI de 99%.

### 7 - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Toda a energia produzida na Usina é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por meio de leilão de energia, onde as partes comercializam sua percentagem de participação.

A CEB Participações participou do 1º Leilão de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da CCEE, realizado em dezembro de 2005, com período de fornecimento compreendido entre 2008 e 2037.

Do total da energia proveniente da UHE Queimado 9,000 MW foram comercializados pela CEB Participações S.A. a partir de 32 (trinta e dois) Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. Foram comercializados, aproximadamente, 88,7% do total da Garantia Física da usina, montante este faturado, em 2013, a um preço médio ponderado de R\$ 169,30.

Como Produtor Independente, participante do Sistema Interligação Nacional - SIN e do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, parte de sua energia foi também transacionada no Mercado de Curto Prazo.

Contudo, o ano de 2013 foi um ano particularmente desafiador para os geradores de energia, não tendo sido diferente para a CEB Participações. O baixo nível dos reservatórios levou a que o órgão que opera o SIN, o ONS, pousasse as hidrelétricas e despachasse, praticamente, todas as termelétricas disponíveis de forma a garantir a segurança no abastecimento aos consumidores.

Em contrapartida, as hidrelétricas geraram, em vários meses, montante inferior à garantia física o que impactou na alocação de energia secundária e, portanto, nas transações no Mercado de Curto Prazo, gerando exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. A CEB Participações recorreu a este mercado comprando energia, num total equivalente a 0,576MW/ano.

	Montante (MW)	PÇ Md (MWh)
1º Sem/2013	9,124	163,54
2º Sem/2013	8,877	169,28

### QUADRO I - Energia comercializada no ACR - 2013

#### 8 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

##### Adoções das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados em 2013 pela CEB Participações estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais ("IFRS"). Os impactos decorrentes dessas adoções cujo principal item é a nova forma de avaliação da participação de CEB Par em Corumbá Concessões, é feita pelo MEP - Método de Equivalência Patrimonial que estará detalhada nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia.

##### Lucro do período

A CEB Participações apresentou no exercício 2013 um lucro líquido de R\$ 6.234 milhões em comparação ao lucro obtido em 2012 de R\$ 4.542 milhões, cresceu 37,25%.

##### Receta Operacional

Eis a composição das receitas operacionais:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receta de operações com energia elétrica e serviços</b>		
Venda de energia elétrica	13.176	13.793
Prestação de serviços	631	616
Outras Receitas não Tributada	282	-
<b>Receta Operacional Líquida</b>	<b>14.089</b>	<b>14.409</b>
<b>(-) Deduções da receita operacional</b>		
PIF	(102)	(98)
COFINS	(469)	(452)
ISS	(32)	(31)
P&D	(126)	(22)
	<b>(729)</b>	<b>(603)</b>
<b>Receta operacional líquida</b>	<b>13.360</b>	<b>13.806</b>

Balanco Patrimonial Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
ATIVO	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.454	13.632
Concessionários e permissionários	5	1.567	1.604
Impostos a recuperar	6	107	3
Devedores Diversos		12	15
Coligada e Controladas	7	116	89
Outros créditos		40	22
Fundo de Investimento	8	295	9.805
		<b>25.591</b>	<b>25.170</b>
<b>Ativo Não circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Cauções e depósitos vinculados		304	-
Investimentos	9	6.219	5.264
Imobilizado	10	19.666	20.465
Intangível	11	1.495	1.495
		<b>27.684</b>	<b>27.224</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>53.275</b>	<b>52.394</b>
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros Resultados Abrangentes	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>41.270</b>	<b>5.080</b>	<b>(2.287)</b>	-	-	<b>44.063</b>
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro do Exercício</b>	-	-	<b>4.542</b>	-	-	<b>4.542</b>
Constituição de reserva legal	-	113	(113)	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	653	(653)	-	-	-
Dividendos	-	-	(744)	-	-	<b>(744)</b>
Dividendos a Disposição da AGO	-	-	(744)	744	-	-
Saldo de Variação de Perc de Participação	-	-	-	-	497	497
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>41.270</b>	<b>5.846</b>	-	<b>744</b>	<b>497</b>	<b>48.357</b>
<b>Lucro do Exercício</b>	-	-	6.234	-	-	<b>6.234</b>
Pagamento de Dividendos	-	-	-	(744)	-	<b>(744)</b>
Constituição de reserva legal	-	311	(311)	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	(3.944)	-	3.944	-	-
Dividendos	-	-	(2.962)	-	-	<b>(2.962)</b>
Dividendos a Disposição da AGO	-	-	(2.961)	2.961	-	-
Gainho de Variação de Perc. De Participação	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>41.270</b>	<b>2.213</b>	-	<b>6.905</b>	<b>497</b>	<b>50.885</b>
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

### Receta com Suprimento de Energia

A Receita de suprimento de energia correspondeu a R\$ 13.176 milhões em 2013 comparados a R\$ 13.793 milhões em 2012, uma redução de 4,68%.

A quantidade de energia vendida em 2013 foi de 78.836,903 MWh. Uma redução de aproximadamente 9% em comparação com o total transacionado no ano anterior, devido ao encerramento de um contrato de venda de energia no ambiente livre.

### Impostos incidentes sobre a Receita Operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$ 729 mil em 2013 contra R\$ 603 mil em 2012 um aumento de 17,28%.

### Gastos Operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os gastos operacionais representaram em 2013 R\$ 4.559 milhões comparados a R\$ 4.897 milhões com uma redução de 7,41%.

### Recitas (Despesas) Financeiras

Em 2013 a Receita Financeira em decorrência das aplicações no BRB e BRADESCO foram de R\$ 1.713 milhões comparados ao R\$ 2.249 milhões de 2012, uma redução de 31,29%. Essa redução deve principalmente ao resgate da aplicação feita no FIP Corumbá - BRB.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEB Participações apurou em 2013, despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$ 1.616 milhões contra R\$ 1.107 milhões, um aumento de 31,5%.

### Política de Pagamento de dividendos

A CEB Participações, por meio de seu Estatuto Social, assume como subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília compromisso de distribuir 100% de seus dividendos a critério da Diretoria Colegiada, na Assembleia Geral Ordinária que acontece em abril de cada ano.

### Relacionamentos com os Auditores Independentes

**Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Entradas:</b>		
Recebimento pela venda de energia elétrica.....	13.144	13.719
Recebimento pela prestação de serviços.....	568	445
Recebimento de juros sobre aplicação financeira.....	10.911	665
<b>Total</b>	<b>24.623</b>	<b>14.829</b>
<b>Saídas:</b>		
Operações com energia elétrica.....	(2.180)	(616)
Fornecedores de materiais e serviços.....	(3.987)	(2.791)
Salários, remuneração e encargos.....	(947)	(907)
Recursos hídricos.....	(367)	(400)
Doações, contribuições e subvenções.....	(11)	(13)
Pagamento de impostos.....	(2.953)	(1.474)
Encargos setoriais.....	(791)	(829)
Outros.....	(169)	(166)
<b>Total</b>	<b>(11.415)</b>	<b>(7.256)</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>13.208</b>	<b>7.573</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Entradas/Saída:</b>		
Recebimento de dividendos.....	11	255
Imobilizado.....	(241)	(230)
<b>Total</b>	<b>(230)</b>	<b>255</b>
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(230)</b>	<b>255</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
<b>Entradas:</b>		
Recebimento de dividendos.....	-	-
<b>Saídas:</b>		
Distribuição de dividendos.....	(3.156)	-
<b>Total</b>	<b>(3.156)</b>	<b>-</b>
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(3.156)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9.822</b>	<b>7.828</b>
Saldo de caixa no início do período.....	13.632	5.804
Saldo de caixa no final do período.....	23.454	13.632
<b>Total</b>	<b>9.822</b>	<b>7.828</b>

**Demonstrações do valor adicionado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	31/12/2012
<b>1 - Receitas</b>		
Venda de energia elétrica.....	13.176	13.793
Prestação de serviços.....	631	282
Outras Receitas.....	282	616
<b>Total</b>	<b>14.089</b>	<b>14.409</b>
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Serviços de terceiros.....	2.300	2.899
Materiais.....	13	12
Taxa de Fiscalização ANEEL.....	36	38
Camará de Com. De Energia Elétrica.....	2.322	622
Custo Pelo Uso do Sistema de Distribuição.....	856	965
Utilização do Bem Público.....	-	-
Recursos Hídricos.....	363	468
Outros custos operacionais.....	144	129
<b>Total</b>	<b>6.034</b>	<b>5.133</b>
<b>3 - Valor adicionado bruto (1-2).....</b>	<b>8.055</b>	<b>9.276</b>
<b>4 - Retenções</b>		
Depreciação.....	700	714
<b>Total</b>	<b>7.355</b>	<b>8.562</b>
<b>5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4).....</b>	<b>7.355</b>	<b>8.562</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras.....	1.713	2.249
Perda na Equivalência Patrimonial.....	2.985	(3.192)
<b>Total</b>	<b>2.698</b>	<b>(943)</b>
<b>7 - Valor adicionado total a distribuir (5-6).....</b>	<b>10.053</b>	<b>7.619</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos.....	1.351	1.018
Despesas financeiras.....	72	224
Impostos, taxas e contribuições.....	2.396	1.835
Lucro do Exercício.....	6.234	4.542
<b>Total</b>	<b>10.053</b>	<b>7.619</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1 - Contexto operacional**  
A CEB Participações S.A. - CEBPar é uma sociedade anônima de capital fechado cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB (controladora aberta), regida pela Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. A CEBPar foi constituída em 26 de janeiro de 2000, tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. De acordo com a cláusula terceira, primeira subcláusula ao segundo termo do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL - L. A energia produzida pela concessionária destina-se à utilização sob o regime de produção independente na proporção da participação de cada um dos consórcios CEMIG-CEB, desta forma, a CEB Participações possui uma energia produzida na sua cota parte no ambiente gerado inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia (2008-2037).  
A MP 579/2012 convertida na Lei 12.783/2013, dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modalidade tarifária, e sobre a redução de encargos setoriais e a CEMIG GT são cotistas no Consórcio CEMIG-CEB, que é o detentor da concessão. Essa concessão tem validade até 2035, sendo desobrigados o Consórcio CEMIG-CEB e suas cotistas (CEMIG e CEB) a aderirem a tal medida.

**2 - Resumo das principais práticas contábeis**  
**2.1 - Base de apresentação**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A emissão das presentes Demonstrações Financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia.  
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatos e circunstâncias ocorridas e baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.  
Itens significativos da análise de riscos estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo do sujeito a esses para determinação de provisões, inclusive para contingências.  
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente aos processos de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.  
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

**2.2 - Instrumentos financeiros**  
**a) Ativos financeiros**  
Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.  
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, que sejam diretamente atribuídos à aquisição do ativo financeiro.  
Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários.  
**b) Passivos financeiros**  
Os passivos financeiros da Companhia são classificados pelo custo amortizado, que são os mesmo citados abaixo.  
Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e a outros.

**2.3 - Equivalência de caixa**  
Representadas pelos saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras.

**2.4 - Concessionários e permissionários**  
A Companhia possui a licença para receber que apresentam saldos de venda de energia elétrica faturada aos concessionários de energia elétrica. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

**2.5 - Impostos a recuperar**  
Representados pelo saldo de créditos de tributos com características de recuperação ou compensação com tributos a recolher.

**2.6 - Partes relacionadas**  
Este conjunto inclui as operações comerciais de compra e venda de energia elétrica com a CEB Distribuição S.A., adiantamento de dividendos a CEB Energética de Brasília - CEB Holding, investimentos de natureza permanente em Corumbá Concessões S.A., valores a receber referente à prestação de serviços administrativos e financeiros realizados para o Consórcio CEMIG-CEB, e de valor a pagar referente à pessoal requisitado e valores referentes aos repasses de valores de acordo com sua cota parte, dentre outros.

As participações societárias permanentes são avaliadas e registradas pelo método de equivalência patrimonial.

**2.8 - Imobilizado**  
Registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.  
A depreciação acumulada é calculada sobre o custo líquido dos bens do ativo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, e constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Estas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

**2.9 - Intangível**  
Comprado a concessão para Utilização do Bem Público, que será amortizado durante todo o período da concessão (35 anos).

**2.10 - Impostos, taxas e contribuições.**  
A empresa é optante pelo lucro presumido. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% com parcela de 8% sobre a receita bruta, acrescido de 10% de parcelas no 12º, sobre a receita em vigor. A contribuição social foi calculada à alíquota de 3% com parcela de 10%, sobre a receita bruta.  
Atribuído ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, consequentemente, extinguindo o RIT.  
Além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.  
Em uma avaliação preliminar a CEB Participações S.A. entende que não haverá impactos relevantes na organização, porém, aguardará a sua conversão em Lei para efetuar uma análise mais profunda e conclusiva das alterações introduzidas.

**2.11 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**  
O regime contábil adotado pela Companhia para registro de suas operações e apuração do seu resultado é o de competência, sendo os bens e os direitos demonstrados pelos valores de custo e o de competência, e as obrigações por valores contábeis ou calculáveis, incluídos os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, até a data do balanço.

**2.12 - Operações controladas em conjunto**  
Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Energética de Brasília - CEB Holding incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos que os ativos que o Grupo tenha incorrido participação nas receitas que auferir da operação conjunta (Nota 9.B).

**2.13 - Reconhecimento da receita e despesas.**  
As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Atualmente as principais receitas da Companhia são as decorrentes da venda de energia e prestação de serviço.  
A receita pela venda de energia elétrica gerada pela Usina de Queimados, assim como os custos A responsabilidade da geração de energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica.  
A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio CEMIG-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços.  
A CEB Participações S.A. avaliou os eventos subsequentes até 10 de março de 2014, que é a data da aprovação pela Diretoria das demonstrações contábeis.

**2.14 - Informações por Segmento**  
Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento é o gestor de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.  
Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidada. Consequentemente, a Empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de comercialização de energia.

**2.15 - Demonstração do Valor Adicionado - DVA**  
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela CEB Participações S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a receita), menos os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros. (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de

terceiros e remuneração de capitais próprios.  
**2.16 - Reclassificação de Serviços Terceiros e Pessoal**  
Em dezembro de 2013 fez o manual de reclassificação para padronização das demonstrações contábeis do grupo CEB seguindo o Manual de Contabilização do Setor Elétrico que diz: no caso de serem estuadas gratificações por exercício de cargo de confiança ou por outras razões os elementos que não sejam empregados da concessionária, esses valores deverão ser debitados na natureza de gasto Serviço de Terceiros. E em pessoal, recomenda-se que somente aqueles com vínculo empregatício com empresas pertencentes ao mesmo grupo.  
**3 - Efeitos dos pronunciamentos técnicos adotados a partir de 2011**  
A Companhia adotou os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, dos atos a seguir:  
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 19 (R2) - Investimento em Coligada e Controlada - pela Deliberação CVM nº 696, de 2012. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 694, de 2012. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 10 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar no anexo de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.  
CPC 17 - Ativo Intangível - aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, adotado em 2011, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2010. A norma define como ativo não circulante imobilizado bens mantidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços.  
**4 - Caixa e equivalente de caixa**  
O saldo dessa conta, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa e conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, pode ser assim demonstrado:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa.....	2	1
Banco Conta Movimento.....	8	5
Aplicações Financeiras.....	23.444	13.626
<b>Total</b>	<b>23.454</b>	<b>13.632</b>

**5 - Concessionários e permissionários**

	31/12/2013	31/12/2012
CPFL Paulista.....	190	174
CELESC.....	134	274
ELETRIPAULO.....	122	120
DELTA Comercializadora.....	12	110
Diversas concessionárias.....	941	926
<b>Total</b>	<b>1.567</b>	<b>1.604</b>

**6 - Impostos a recuperar**

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ.....	40	-
CSLL.....	4	3
IRRF S.A. sobre aplicação Financeira.....	63	-
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>3</b>

**7 - Coligadas e Controladas**

	31/12/2013	31/12/2012
Consórcio CEMIG - CEB.....	116	89
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>89</b>

Refere-se ao valor do serviço prestado pela CEB Participações contratada pelo Consórcio CEMIG-CEB para execução dos serviços administrativos.

**8 - Fundo de Investimento - Curto Prazo**

	31/12/2013	31/12/2012
Fundo de Investimento em Participação Corumbá - FIP.....	295	9.805
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>9.805</b>

O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;  
O objetivo do fundo foi remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especial da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;  
Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% a.a e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá Concessões S.A.

**9 - Investimento**  
As principais informações sobre os investimentos da empresa podem ser resumidas como segue:  
**a) Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial**

	31/12/2013	31/12/2012
Corumbá Concessões.....	6.219	5.264
<b>Total</b>	<b>6.219</b>	<b>5.264</b>

A Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 06 de setembro de 2000, com o objetivo de construir o Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, localizado no Rio Corumbá Concessões S.A., no município de Luziânia-GO, com prazo de duração de 35 anos, podendo ser prorrogado caso o contrato de energia elétrica também seja prorrogado. O projeto AHE CORUMBÁ IV, produtor independente de energia elétrica, uma usina hidrelétrica com potência instalada de 127 MW, resultado do contrato nº publicado no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2013 a Medida Provisória nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que dispõe sobre a tributação dos lucros auferidos no exterior por pessoa jurídica de física residente ou domiciliada no Brasil.  
A MP tem como objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, consequentemente, extinguindo o RIT.  
Além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.  
Em uma avaliação preliminar a CEB Participações S.A. entende que não haverá impactos relevantes na organização, porém, aguardará a sua conversão em Lei para efetuar uma análise mais profunda e conclusiva das alterações introduzidas.

**b) Operações Controladas em Conjunto**  
A Companhia possui operações em conjunto com a CEMIG S.A no Consórcio UHE Queimados e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Contas Patrimoniais</b>		
Caixa e equivalentes de caixa.....	442	553
Outros Créditos.....	2.239	3.547
Imobilizado/Intangível.....	120.555	125.047
<b>Total de Ativos</b>	<b>123.236</b>	<b>130.547</b>
Fornecedores.....	3.887	6.286
Tributos e Contribuições Sociais.....	111	120
Outras Obrigações.....	5.365	7.470
Patrimônio Líquido.....	113.873	117.091
<b>Total Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>123.236</b>	<b>130.947</b>

O Conselho Administrativo do Consórcio CEMIG-CEB, decidiu em realizar auditoria do período de 2007 a 2013, o que poderá afetar os valores para o 1º Trimestre de 2014.

**10 - Imobilizado**  
Em atendimento ao NBC TG 27 que trata do Ativo Imobilizado, a Companhia reconheceu no seu ativo não circulante imobilizado os bens na proporção da sua participação no Consórcio CEMIG - CEB UHE Queimados, em conformidade com os critérios estabelecidos como ativo não circulante investimento.  
**Composição do Imobilizado:**

	Taxa Deprec.	Custo Acumulada	Líquido em 31/12/2013	Líquido em 31/12/2012
<b>Imobilizado em Serviço - Geração</b> .....	25,307	(6.406)	18.901	18.105
Terrenos.....	-	949	949	949
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2 e 4	11.033	(2.330)	8.703
Educações, Obras Cíveis e Beneficentárias.....	2 e 4	4.913	(1.467)	3.446
Máquinas e Equipamentos.....	3 e 10	8.397	(2.600)	5.797
Móveis e Utensílios.....	6 e 10	15	(9)	6
<b>Imobilizado em Serviço - Transmissão</b> .....	942	(242)	700	2.285
Edificações, Obras Cíveis e Beneficentárias.....	2 e 4	-	-	79
Máquinas e Equipamentos.....	3 e 10	942	(242)	700
<b>Imobilizado em Serviço - Administração</b> .....	156	(92)	64	75
Máquinas e Equipamentos.....	16,67	49	(24)	25
Móveis e Utensílios.....	14,25	57	7	9
Móveis e Utensílios.....	6,25	50	(18)	32
<b>Total</b>	<b>26.405</b>	<b>(6.740)</b>	<b>19.665</b>	<b>20.465</b>

**Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar, no âmbito das suas atribuições legais e estatutárias, conheceu a Prestação de Contas do Exercício Social, encerrado em 31 de dezembro de 2013, examinou as Demonstrações Financeiras levantadas naquela data, tudo elaborado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, apresentados de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo de 31 de dezembro de 2012; e, ainda, a proposta de destinação do resultado do exercício. O Colegiado tomou conhecimento do Parecer dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas e concluiu, portanto, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final

Brasília, 26 de março de 2014.  
Hermes Ricardo Matias de Paula  
Heraldo S. de Barcellos - Contador UCH RS 3717 S DF

**Movimentação do Imobilizado**

	Líquido em 31/12/2012	Ajustes em Baixas	Depreciação do período	Líquido em 31/12/2013
<b>Descrição</b>				
Imobilizado em Serviço - Geração.....	18.105	1.434	(638)	18.901
Terrenos.....	949	283	(239)	8.703
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2 e 4	8.659	(182)	3.446
Edificações, Obras Cíveis e Beneficentárias.....	2 e 4	3.775	(147)	3.446
Máquinas e Equipamentos.....	3 e 10	4.713	(1.333)	5.797
Móveis e Utensílios.....	6 e 10	9	(3)	6
Imobilizado em Serviço - Transmissão.....	2.285	(1.532)	(53)	700
Edificações, Obras Cíveis e Beneficentárias.....	2 e 4	79	(77)	2
Máquinas e Equipamentos.....	3 e 10	2.206	(1.455)	750
<b>Administração</b> .....	75	(3)	(9)	64
Máquinas e Equipamentos.....	16,67	33	(2)	25
Veículos.....	14,25	9	(2)	7
Móveis e Utensílios.....	6,25	33	(1)	32
<b>Total</b>	<b>20.465</b>	<b>(100)</b>	<b>(700)</b>	<b>19.665</b>

**11 - Intangível**

	31/12/2013	31/12/2012
Usinas.....	1.495	1.480
Transmissão.....	-	15
<b>Total</b>	<b>1.495</b>	<b>1.495</b>

**12 - Fornecedores**

	31/12/2013	31/12/2012
--	------------	------------